

ANC

X ANC

# Moderados temem 'pressão da crise'

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Líderes de seis partidos na Assembleia Nacional Constituinte reuniram-se ontem para divulgar uma nota de apoio "à democracia e ao poder civil" e de repúdio "às pressões decorrentes da própria crise de confiança nos poderes constituídos". O documento — endossado pelo PFL, PDS, PTB, PDC, PL e PMB — foi contestado pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, que reagiu com ironia: "Já que eles reiteram solidariedade ao povo, não seria mais adequado saber se o povo está solidário com eles?"

Os participantes da reunião negaram que o manifesto represente a primeira iniciativa formal das forças do chamado "Centro Democrático" na Câmara e no Senado. Para o líder do PDS, Amaral Neto, "não é bloco nem grupo; seis partidos se reuniram para externar sua preocupação com a situação nacional". Ele também não concordou com a interpretação de que a direita se está aglutinando, mas acrescentou: "Agora, se ser contra a esquerda é ser de direita, então eu sou". Depois, perguntou: "Por que ser de direita é pejorativo, e de esquerda não?"

Já o líder do PFL, José Lourenço, preferiu classificar o encontro de um "alinhamento das forças liberais, tomando posição para o fortalecimento das instituições democráticas". Ele admitiu que "naturalmente isso terá desdobramento no que faremos na Assembleia Nacional Constituinte". A nota, assinada pelas lideranças de partidos com cerca de 200 representantes no Congresso, é a seguinte:

"Os líderes e dirigentes partidários que assinam a presente, em reu-

nião realizada no dia 17 de fevereiro de 1987, decidiram reafirmar que a sua posição, acima de tudo, é de intransigente defesa do regime e dos princípios democráticos, da lei, da ordem e da previdência incontestável do poder civil. As lideranças políticas reafirmam sua solidariedade ao povo brasileiro e a sua angústia diante dos problemas que a todos atingem. O que nos anima é o propósito de colaborar para não permitir que, em hipótese alguma, a elaboração da Constituição possa ser prejudicada pelas conseqüentes pressões decorrentes da própria crise de confiança nos poderes constituídos. Que a realidade econômica seja apresentada à Nação. E que as soluções, por mais severas que possam ser, se afirmem com uma plataforma de governo para debate, críticas e sugestões".

Assinaram a nota Maurício Campos, Carlos Chiarelli e José Lourenço, presidente e líderes do PFL; Jarbas Passarinho e Amaral Neto, presidente e líder do PDS; Jorge Coelho de Sá, presidente do PDC; Álvaro Valle e Adolfo de Oliveira, presidente e líder do PL; deputado Arnaldo Faria de Sá, vice-líder do PTB; e senador Antônio Farias, presidente, líder e único parlamentar do PMB.

## CRÍTICAS

O documento dos seis partidos foi imediatamente criticado pelo deputado Roberto Cardoso Alves, coordenador do grupo moderado do PMDB. Em sua opinião, não é hora de "desafiar" o presidente Sarney, "um aliado muito importante de centro". Depois de ler atentamente o texto, o parlamentar paulista considerou-o sem muita firmeza, e chegou a ironizar: "Por que não se manifestou também contra o câncer, que é um mal terrível? Contra a falta de assistência às crianças defeituosas?"

Cardoso Alves frisou que "o que a nota deveria dizer é que a Constituição se encontra em vigor, e que para reformá-la são necessárias a reunião da Câmara e Senado em Congresso e maioria de dois terços dos votantes e que não existem os chamados atos institucionais". A seu lado, o presidente em exercício do PFL, Maurício Campos, se explicou: "A nota diz tudo". Já o pedessista Amaral Neto tentou desculpar-se: "A nota não era somente do PDS e sim de seis partidos, de várias tendências, inclusive o PFL, o segundo de sustentação do governo. É uma média de opinião".

Logo após sua divulgação, o documento cobrando do governo a verdade sobre a crise econômica foi levado pelo senador Ruy Bacelar (PMDB-BA) ao ministro Paulo Brossard. "Por quê? Para quê?", perguntava o ministro da Justiça, enquanto o senador demonstrava preocupação. Para Bacelar, a divulgação do documento "poderá dar a falsa impressão de que há um golpe em preparação".

Perguntado sobre o apoio do PFL à nota, que foi coordenada pelo pedessista Amaral Neto, o deputado José Lourenço, demonstrando irritação, respondeu que "o PFL assina qualquer nota de partidos democráticos". Dirigindo-se diretamente ao líder do PL, Adolfo de Oliveira, Roberto Cardoso Alves reiterou que o manifesto era "ambíguo", e que o momento político deve ser de pacificação. Ao saber da preocupação do senador Ruy Bacelar em relação aos possíveis desdobramentos do documento, o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) observou, tranquilamente: "Férgosa é a emenda do Ruy Bacelar, estabelecendo eleições presidenciais 120 dias após a promulgação da nova Constituição".

## Entre a direita e a esquerda

O ministro Paulo Brossard, da Justiça, pretende assistir aos debates da Constituinte pelo menos uma vez por semana, e ontem foi a estréia. Ao chegar ao plenário, encontrou-se casualmente com o ex-ministro da Fazenda Delfim Netto. Trocaram abraço cordial. Depois foi a vez de Brossard se encontrar com o ex-ministro da Justiça Fernando Lyra, seu predecessor no cargo. Brossard foi sentar-se no fundo do plenário, entre José Lins (PFL-CE) e Gérson Peres (PDS-PA). Mas cumprimento especial estava reservado ao seu contemporâneo e amigo João de Deus (PDT-RS), que é paraplégico.

Do plenário, Brossard ouviu primeiro o deputado João de Deus (PDT-RS) criticar seu programa de dar um veículo a cada delegacia de polícia. "Isso não resolve nada", disse o orador. Virando-se para José Lins, Brossard comentou: "Que bom. A cidade dele não precisa de auto. Menos um". Depois, o ministro teve de ouvir do ex-ministro Jarbas Passarinho (PDS-PA), por insistência de seu amigo Franco (PL-MG), a leitura de trecho de discurso do ex-presidente eleito Tancredo Neves, de 27 de novembro de 1979: "A política, dizia Tancredo, como nau sem rumo, navega ao sabor dos ventos, despertando a insânia de uns, a ambição de não poucos e má fé de muitos. O País está perplexo, desorientado, sem que possa compreender e alcançar quais os objetivos que o governo, na verdade, está perseguindo...". Brossard não fez nenhum comentário, enquanto Itamar dizia que "nunca foram tão atuais as palavras do fundador e ex-presidente do extinto PP".



Com Delfim e Lyra, Brossard mostra equilíbrio na balança

## "Progressistas" reagem em bloco

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Os chamados "progressistas" do PMDB, com o apoio do PCB, PT, PDT, PSB e PC do B reagiram à iniciativa dos partidos de centro — que ontem realizaram sua primeira reunião — e já decidiram formar um outro grupo. Um dos primeiros itens da pauta dos parlamentares de esquerda é a defesa da soberania da Constituinte.

Ontem à tarde articularam a formação do bloco progressista os constituintes Roberto Freire (PE) e Augusto Carvalho (DF), do PCB; Brandão Monteiro, do PDT; José Genoíno e Plínio de Arruda Sampaio, do PT; Jamil Haddad, do PSB; Aldo Aran-

tes (GO) e Eduardo Bonfim (AL), do PC do B; e, ainda, Sigmaringa Seixas (DF), do PMDB, dos mais ligados ao deputado Fernando Lyra, ex-ministro da Justiça.

Na conversa surgiu uma questão extra-soberania da Constituinte: o PC do B, por intermédio de Aldo Arantes, defendeu a emenda estabelecendo que só poderia atuar como bancada partidária a legenda com pelo menos cinco representantes. Explica-se: o PC do B, que elegeu três deputados, ganhou na semana passada a adesão de outros dois — Aldo Arantes e Eduardo Bonfim, que deixaram o PMDB.

Roberto Freire, líder do PCB, com três constituintes, reagiu com

sarcasmo: "Os três do 'partidão' foram eleitos vestindo a camisa do PCB. Não fomos eleitos por outras legendas". Aldo Arantes não gostou da crítica do líder do PCB, mas acabou recuando da sua proposta.

O deputado Roberto Cardoso Alves (SP), um dos líderes do grupo moderado do PMDB, anunciou que fará um levantamento, no seu partido, dos moderados e não-"xilitas". Ele disse a outro moderado, Expedito Machado (CE), que, numa primeira avaliação, o grupo atingiria 140 a 150 deputados, pelo menos, no total de 254. "Vamos precisar nos unir", disse Cardoso Alves. E Machado concordou: "É claro. E não vai demorar muito".

## Soberania, um tema ainda aberto



Alienar Monteiro

Henrique e Amaral na rota de negociação de Sant'Anna

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney pediu ao líder do governo e da maioria na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA), que prosseguisse os entendimentos com o grupo pró-soberania da Assembleia Constituinte, para solucionar de vez o problema. O fato ocorreu na segunda-feira, durante audiência do deputado baiano, mas ainda ontem o líder não tinha nenhuma definição do assunto. Também esse grupo de deputados — cerca de 70 — que desejam a exclusividade da Constituinte se reuniu ontem para tentar chegar a uma fórmula intermediária para a proposta de Maurílio Ferreira Lima, que iniciou toda a polêmica. Em vez de a própria Constituinte baixar atos constitucionais alterando a Constituição em vigor, essa decisão seria tomada pelo Congresso, com o inconveniente — para o grupo dos "xilitas" — de ser necessário atingir a maioria de dois terços.

O líder Carlos Sant'Anna, ao relatar seu encontro com o presidente Sarney, também mencionou essa hipótese. Só que ele a vê com otimismo, explicando que "eles (os 'xilitas') apenas desejam emitir um ou dois sinais da soberania da Constituinte, concordando em manter, depois disso, a questão suspensa até a promulgação da Carta". O deputado baiano disse que a tendência do grupo pró-soberania é aceitar um ato de resolução da Mesa da Constituinte revogando os dispositivos constitucionais referentes ao decurso de prazo, às medidas de emergência e ao decreto-lei.

Os demais artigos do entulho autoritário — prosseguiu Sant'Anna — seriam mantidos e só modificados através de emendas do Congresso. Essa fórmula, de acordo com o parlamentar, enfrentaria obstáculos, pois o ato de resolução da Mesa da Constituinte teria de ser submetido a plenário. Assim, receberia emendas, que poderiam atrasar a rápida tramitação da matéria. Surgiu no Senado a idéia da aprovação de um ato declaratório da soberania da Constituinte, mas Sant'Anna classificou-o de redundante, já que o texto de convocação da Constituinte — a Emenda nº 26 — declara expressamente a soberania.

## O Planalto cobra da Aliança participação e solidariedade

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O secretário de Imprensa da Presidência da República, Frota Neto, convocou ontem a imprensa para fazer uma "análise das relações do governo Sarney com os partidos que formam a Aliança Democrática". Enfatizando a necessidade de reciprocidade nessas relações, observou: "O que se cobra não é apenas a participação no processo decisório, mas também a solidariedade no desdobramento desse processo".

Sarney, frisou, não tem aberto mão dos compromissos que assumiu com a Aliança Democrática e mantém-se fiel a esses compromissos. A seu ver, a participação dos partidos no governo não é apenas física, de pessoas, mas doutrinária, de legenda: "O PFL e o PMDB não são somente os partidos que apoiam o governo, mas são os partidos que estão no governo".

O presidente tem estimulado o debate, acha que ele é salutar na democracia, mas cobra de seus mi-

nistros e assessores uma atitude de solidariedade, acrescentou, referindo-se às críticas feitas ao Plano Cruzado pelo ministro Aureliano Chaves. Embora Sarney seja fiel à Aliança Democrática, observou Frota Neto, isso não impede que haja negociações para que seja ampliada a base de apoio ao governo, com o ingresso de outros partidos, como o PTB, respeitada a estrutura da Aliança. E garantiu que não há divergência entre o governo e o PMDB.